

Os Corumbas e Os desvalidos: entre a história e a literatura

Aldair Smith Menezes*

Resumo

Este artigo pretende analisar a relação entre a literatura e a história na medida em que esses dois campos de estudo se unem para dar vida à produção literária: o romance histórico e o romance neorrealista. Com esse intuito tomar-se-á como referencial o romance *Os Corumbas* (1932), de Amando Fontes, e *Os desvalidos* (1996), de Francisco José Costa Dantas. Neste, encontram-se expressas algumas das características apontadas por Alcmeno Bastos (2007), ao relacionar história e literatura, características capazes de dar suporte à denominação de romance histórico. Naquele, os contornos neorrealistas delineiam uma estética literária de cunho político.

Palavras-chave: literatura, romance, romance histórico, neorrealista, sertão.

1. Literatura e História: nascimento e separação

A relação entre história e literatura vem sendo estabelecida desde tempos longínquos. Ao longo da história da humanidade, esses campos de conhecimento são tratados ora como disciplinas próximas, ora como disciplinas distintas. Mário Maestri (2002) aponta que o surgimento da história e o da literatura ocorreram ao mesmo tempo, na medida em que “nasceram como ser único e indistinto” (p.38). Na Grécia antiga, o filósofo Aristóteles, ao mostrar a diferença constitutiva entre o historiador e o poeta, afirmava que ao poeta caberia trabalhar com a verossimilhança, com o que poderia ter acontecido. Esse é um dos pontos de partida para começar a descortinar as diferenças dessas duas áreas. Aristóteles defende que o poeta trabalha com a imaginação, com o pensamento. Neste sentido, o trabalho do poeta estaria mais próximo ao trabalho do filósofo que o de qualquer outra atividade. Ao considerá-la mais filosófica que a história, deu à poesia um estatuto de superioridade, uma vez que o processo de criação

*Licenciada em Letras e Mestre em Letras pela UFS. Atualmente é professora da Rede Estadual de Sergipe e da Rede Municipal de Aracaju.

do poeta não limitava seu campo de ação, como acontece com o historiador, preso ao acontecimento real.

No entanto, existe sempre a possibilidade de juntar essas duas áreas do conhecimento humano. Um bom exemplo é a perspectiva abordada pelo romance histórico. Alcmeno Bastos (2007) relata que, como um dos textos iniciais da literatura ocidental, a *Ilíada* contém em sua estrutura a relação entre história e literatura. Esse texto revela marcas que registram a utilização tanto do mito quanto da história por parte de Homero, este tido como seu criador. Os acontecimentos referentes ao último ano da Guerra de Troia – parte histórica – são narrados a partir de diálogos entre um homem mortal e os deuses do Olimpo, mostrando a interferência destes na vida dos homens – parte mitológica.

Ao destacar que cabe à introdução do maravilhoso na construção dessa narrativa, Bastos começa a apontar o perfil do romance histórico, ao tempo em que salienta a íntima relação entre literatura e história. Para ele, a introdução do maravilhoso somente foi viabilizada devido ao distanciamento de “três ou quatro séculos” (BASTOS, 2007, p. 15) entre os fatos ocorridos e a criação do texto narrativo. Assim, a distância entre o acontecimento histórico e a sua narração implica uma espécie de liberdade por parte do escritor, no caso do poeta, em atribuir elementos de cunho ficcional à narrativa histórica.

Luiz Costa Lima (1997), ao historicizar a relação entre literatura e história, mostra que o ponto fundamental na separação dessas duas narrativas encontra-se no movimento de saída do homem de um lugar centrado, onde a transparência da linguagem lhe dava segurança e comodidade, para um lugar descentrado, no qual a linguagem assumiu uma posição de não transparência, implicando a exigência de distinguir o real do ficcional. Enquanto a literatura passou a ser sinônimo de subjetividade, a história – ao buscar o caráter de cientificismo – tornou-se sinônimo de objetividade. Porém, esses limites, às vezes, não conseguem ser mantidos separados tão nitidamente. Isto leva Lima a afirmar que “as fronteiras entre história e literatura existem enquanto maleáveis” (1997, p.237). Torna-se, portanto, aceitável a reflexão sobre a utilização de aspectos literários por parte do historiador para transcorrer sobre

fatos que a História narra, tendo em vista que a literatura, apesar das críticas, nunca se furtou a utilizar elementos oriundos da História, da Sociologia, da Psicologia, da Psicanálise, entre outros campos de conhecimento, para tecer seus enredos. A licença poética permite que o escritor faça uso do conteúdo que desejar para criar o texto literário, sendo impossível delimitar seu conteúdo ou limitar seu campo de abrangência.

Para ampliar essa linha de pensamento, pode-se associá-la às reflexões de Mikhail Bakhtin (2003), em *Estética da criação verbal*, quando discorre que a “atitude humana é um texto em potencial e pode ser compreendida (como atitude humana e não ação física) unicamente no contexto dialógico da própria época (como réplica, como posição semântica, como sistema de motivos)” (BAKHTIN, 2003, p. 312). Importa perceber que as ações do homem encontram-se inseridas em um contexto histórico. Tal assertiva viabiliza um olhar diferente sobre o texto, em sentido amplo, e, em sentido restrito, sobre o texto literário. O texto literário, enquanto produção de uma época, retém intrinsecamente aspectos históricos do momento em que foi gerado, uma vez que a literatura “constrói-se, necessariamente, com as palavras, as idéias, os sentimentos, os temas e as preocupações de sua época, constitui poderoso registro do mundo que a pariu” (MAESTRI, 2002, 41). Esse “poderoso registro” possibilitou ao historiador Nicolau Sevcenko, quando da realização de pesquisas históricas envolvendo o texto literário, elaborar um importante questionamento:

a literatura é antes de mais nada um produto artístico, destinado a agradar e a comover; mas como pode imaginar uma árvore sem raízes, ou como pode a qualidade dos seus frutos não depender das características do solo, da natureza do clima e das condições ambientais? (2003, p. 29).

É essa amarração, essa segurança de enraizamento, a partir da relação do escritor com seu contexto, que ajuda a gerar o material literário como fruto de uma época e de um espaço. O texto literário não é utilizado como fonte documental. Mas a utilização desse texto preenche de “significados muito peculiares” (SEVCENKO, 2003, p. 29) preenche o interior de uma pesquisa historiográfica, pois traz as tensões sociais em sua tessitura.

Lima (1997) corrobora com esse debate ao observar que o enlace entre história e literatura não estabelece uma relação viciada entre uma e outra, mas possibilita, simultaneamente, aproximações e separações entre elas. Isto porque são “os modos de pensar o mundo” (LIMA, 1997, p. 237) que irão permitir a constituição de cada uma a partir da linguagem, enquanto veículo de transmissão quer de verdades, quer de ficção. Este fato, para Maestri (2002), não representa um grande problema, tendo em vista que a “narrativa ficcional em prosa constitui fonte documental essencial, já que expressa, poderosamente, os cenários, as linguagens, as personagens dominantes, as concepções e visões de mundo, as preocupações e preconceitos sociais, etc. da época em que foi produzida” (MAESTRI, 2002, p. 41). Nesse sentido, pode-se dizer que tanto o romance neorrealista quanto o romance histórico são representantes diretos dessa relação entre literatura e história.

2. Um breve debate sobre o romance histórico

Dentro dessa perspectiva, cabe, aqui, elaborar um questionamento sobre o que vem a ser um romance histórico. Tal questionamento está embasado na premissa de que o elemento histórico é parte constituinte de toda e qualquer ação do homem. Sendo, conseqüentemente, a obra literária uma produção dessa ação, logicamente, ela também possui registros da história em seu interior. Bastos (2007) assevera que um dos pontos a ser levado em consideração, quando da análise de um romance para caracterizá-lo enquanto histórico, é o distanciamento da obra com o fato. Esse distanciamento possibilita que o acontecimento seja conhecido por uma comunidade ou além de suas fronteiras; característica que permite ao leitor ter acesso ao acontecimento como um fato histórico. Esse reconhecimento por parte do leitor amplia a noção de verdade em relação ao texto, à medida que imprime ao narrador uma superioridade sobre o leitor (BASTOS, 2007, p.98). Se em um primeiro momento o leitor busca referenciais fora do texto, no desenrolar da narrativa tais referenciais deixam de ser necessários, pois o texto fecha-se em si. Ele cria juntamente com o leitor uma nova realidade: uma história que poderia ter acontecido: a verossimilhança.

Maestri, ao falar do romance histórico, revela que a literatura utiliza-se de temas da história para “descrever, sintetizar, explicar e apreender singularidades essenciais do passado” (2002, p. 41) de modo peculiar. Esta peculiaridade também é utilizada pelo historiador para trabalhar o fato histórico. Mas a concepção de romance histórico atribuída a uma obra poderá sofrer o processo de envelhecimento rápido porque a

obra ficcional incapaz de registrar a essência dos fatos históricos perde crescentemente caráter evocativo, à medida que avança o conhecimento sobre essas épocas, passando a constituir mero depoimento da realidade cultural da época em que foi produzida, e não da época a que se refere (MAESTRI, 2002, p. 44).

Nota-se que a discussão elaborada por Maestri não diferencia o romance histórico do romance político ou do neorrealista. Esta questão é trabalhada por Bastos, para quem a obra denominada de romance político registra fatos que ainda não foram consolidados pela sociedade, impossibilitando estabelecer na obra aspectos conclusivos quanto aos fatos históricos, enquanto o romance histórico tem essa como uma de suas características fundamentais, justamente por possibilitar a análise de vários aspectos que envolvem o tempo histórico do acontecido. No entanto, se Maestri quer defender a perspectiva de o romance histórico não fazer uso da imaginação para a sua composição – aspecto que pode implicar perda do teor ficcional, dando mais ênfase ao conteúdo histórico, uma vez que aceitar tal concepção é reconhecer que existe uma “essência dos fatos históricos” –, pode-se perder a consistência da narrativa.

Hoje, discutir essa “essência” implica ir de encontro à concepção da própria História. A dificuldade de reconhecer tal essência configura-se na medida em que em cada época novos valores imprimem relevância a determinados aspectos que antes não eram aceitos ou sequer percebidos. Nesse jogo dialético entre o que valorizar e o que desvalorizar, estabelece-se a tensão a partir da qual o sujeito irá estruturar sua visão de mundo em uma determinada época e em um determinado lugar.

E isso, em relação à literatura, possibilitará ao leitor ser parte integrante desse processo. Nesse sentido, Bakhtin revela que a essência do texto encontra-se na relação dialógica entre o próprio texto e o leitor, graças ao “acontecimento da vida do texto, isto

é, a sua verdadeira essência, [que] sempre se desenvolve *na fronteira de duas consciências, de dois sujeitos*” (grifos do autor), porque “o texto (à diferença da língua como sistema de meios) nunca pode ser traduzido até o fim, pois não existe um potencial texto único dos textos” (BAKHTIN, 2003, p.311).

Mesmo diante do emaranhado dessas discussões, Bastos estabeleceu seis características imprescindíveis para que um romance seja considerado um romance histórico. Para ele, um romance histórico deve versar sobre matéria de “extração histórica” (BASTOS, 2007, p.106), sendo necessário “que a trajetória das personagens relevantes da trama seja associada de modo inextricável ao destino político da comunidade de que façam parte” (idem, ibidem); a existência de um “efeito de historicidade” (idem, ibidem); a presença de “marcas registradas” (idem, 107); a remotividade da matéria histórica “como resultante de procedimentos narrativos que a focalizam como matéria consumada, reforçada pelo tom fechado do relato” (idem, ibidem); e o “tom conclusivo quanto aos eventos históricos focalizados” (idem, ibidem).

Ao optar por tais características como sendo imprescindíveis à classificação de um romance como histórico, Bastos afasta-se da possibilidade de um romance que venha a surgir como histórico perca tal característica. A relação entre o escritor, a obra e o leitor permite que o romance histórico não perca seu aspecto histórico ou que outros romances, por causa do distanciamento temporal em sua criação, ascendam a tal categoria. Estes aspectos serão melhor visualizados na discussão dos romances *Os Corumbas* e *Os desvalidos*.

3. *Os Corumbas*: um romance neorrealista

O romance *Os Corumbas*, de Amando Fontes, publicado em 1932, descreve a trajetória de uma família de retirantes que passa a viver na cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, nas primeiras décadas do século XX. Trata-se de uma narrativa que apresenta frequentes confrontos entre os valores sociais de uma família que começa a sofrer modificações devido à migração do campo para a cidade, provocada pela seca e pela expectativa de moradia em um lugar que oferecesse a oportunidade de uma nova

vida através do trabalho na indústria têxtil. Valores de indivíduos oriundos de um ambiente agrário, com toda a carga de solidariedade e moralidade, entram em confronto com a mecânica de um mundo em transformação em virtude da industrialização e da urbanização.

As mudanças sociais e econômicas promovidas pela transformação do trabalho manual em trabalho industrial representaram um marco na redefinição da sociedade. Sergipe não foi uma exceção a esse cenário. Apesar das especificidades de sua economia e de sua sociedade, os desenvolvimentos industrial e urbano, embora tardios, iniciaram-se nas primeiras décadas do século XX; conjuntura largamente explorada no romance em apreço que revela o impacto dessas mudanças na vida do indivíduo comum. O impacto desses valores na família Corumba é ainda mais contrastante em face das ligações com o sertão, por parte da família, e do desenvolvimento tardio do capitalismo, por parte da sociedade local. São aspectos constantes na trama que envolve os personagens centrais desse romance. Inspirado no neorrealismo, Amando Fontes constrói uma narrativa que mistura traços ficcionais intercalados com a denúncia da degradação de valores morais e sociais de sua época. Embasada em ideais marxistas, a obra assume um tom questionador das relações sociais em que os personagens se encontram, as quais refletem as ações no cotidiano do autor.

Fontes, ao mesmo tempo em que retratava o homem alienado, apontava como a leitura poderia contribuir para o processo de desalienação. Ao citar os livros de Marx, Trotski, Lenin, entre outros, ele expressa sua intenção de fomentar a mudança social a partir do convite e do estímulo à leitura das obras desses autores. Esta tendência aparece na mudança de comportamento de Pedro, filho de Sá Josefa e de Geraldo Corumba. Esse personagem, enquanto completamente alienado à estrutura social, começa a ter uma melhora em sua condição de vida: de ajudante de ferreiro a ajudante de tipógrafo, contando, conseqüentemente, com uma melhoria salarial.

No entanto, ao entrar para o movimento grevista, Pedro perde tudo, inclusive a família, pois é deportado para o Rio de Janeiro, onde não conhece ninguém, e passa a enfrentar novas dificuldades financeiras. Outro ponto destacado na obra é a tendência à prostituição, que as jovens mulheres pobres estavam sujeitas a vivenciar. Isso foi o que

acabou acontecendo às três filhas dos Corumbas. A questão da justiça que começava a dar seus primeiros passos ainda subordinada à aristocracia local não passou despercebida desse autor.

Os Corumbas é um romance de forte apelo às mudanças socioeconômicas e uma tentativa de exprimir o processo de distanciamento entre as classes sociais. Nele, o narrador procura ser objetivo; apenas narra os fatos, geralmente em terceira pessoa, em busca de uma reprodução fiel do contexto social em que vive. As marcas registradas que possibilitaram uma maior aproximação entre a ficção e a realidade aparecem em vários momentos ao longo da narrativa, a exemplo de Aracaju, da Fábrica Sergipana, da Fábrica Têxtil, entre outras. Elas servem para situar o leitor na cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, durante as décadas de 1920 e 1930. Elas também auxiliam na caracterização do contexto social e imprimem o toque de realidade à trama. Mas não há uma definição quanto ao futuro das personagens. Deixando-as em aberto, o narrador propõe um desfecho para a trajetória de vida das personagens: aceitação e acomodação. Esse romance denuncia os momentos social e político vivenciados pelo autor, nos quais este ainda não possui uma completude dos fatos; aspecto que o obriga a não dar uma conclusão às vidas de Sá Josefa e Geraldo Corumbá e nem de seus filhos Pedro, Rosenda, Albertina e Bela.

4- *Os desvalidos*: um romance histórico?

Já o romance *Os desvalidos*, de Francisco José Costa Dantas, tem início com um grito: “Lampiãããã, morreeeu!...” (DANTAS, 1996, p.11). Esse grito é dotado de muitos significados, pois, enquanto estrutura significante, ele é em si portador de uma potência de textos, logo as múltiplas significações que o envolvem, tanto no aspecto da forma quanto no aspecto do enredo, permitem leituras variadas. É um grito que expressa vários ângulos a um só tempo, em um espaço onde sua percepção é marcada. Tem-se a demarcação do tempo, do espaço, dos personagens, da vida, da morte e da memória.

Tudo isso é expresso em um único fôlego. É uma expressão que indica a configuração de tempo e espaço sem que haja a necessidade de mensurá-los explicitamente. Desvendar as potências de análise desse texto faz parte do trabalho de crítica literária.

O nome Lampião faz referência a uma das representações culturais mais evidenciadas no Nordeste brasileiro: o cangaço. No caso, trata-se de um personagem/homem cuja vida e morte foram contadas, cantadas, dançadas e escritas de diversas maneiras desde o cordel à música popular, passando pela dança, literatura, cinematografia, teatro, história e memória. O termo *morrer*, por sua vez, é indicativo de uma ação sofrida por Lampião e por parte de seu bando. É uma ação que configura, também, um momento da história do Brasil, no qual o fenômeno social representado pelo cangaço começa a ceder espaço a uma nova forma de organização da sociedade e de Estado brasileiro sob a égide da ditadura do Estado Novo.

A junção desses dois termos – *Lampião e morrer* – possibilita trazer à memória do Coriolano, personagem-narrador, lembranças suscitadoras de tensões, interesses e imagens dos cangaceiros dos bandos de Lampião e, particularmente, da atuação de seu líder, nos contextos sócio-cultural e espacial em que ele atuou na última fase de sua vida; momento histórico marcado pelos imperativos do Estado Novo, entre o agreste e o sertão dos estados de Sergipe, sobretudo, e da Bahia e de Alagoas, de modo complementar, no final dos anos 30 do século XX.

A percepção literária desse misto de realidade histórica e de ficção encontra no romance histórico sua forma mais expressiva de produção. Esta forma permite abertamente correlacionar a marca registrada Lampião aos acontecimentos da história. Apesar de o fenômeno do cangaço ter-se desenvolvido, mais especificamente, entre o final do século XIX e início do século XX, já no período republicano, o imaginário social a ele relacionado tende a associá-lo a imagens de um Brasil colonial onde perdurariam ranços e tradições medievalistas. Neste sentido, pode-se tomar como um exemplo recente dessa percepção a novela “Cordel Encantado”, exibida pela Rede Globo, em 2011.

A percepção do sertão do Nordeste brasileiro como um lugar onde perduram tais ranços e tradições em parte deve-se a Euclides da Cunha, em seu livro *Os Sertões*

(1902), que ao revelar a enorme distância cultural entre o sertão e o litoral, funda ali uma concepção de identidade nacional, uma identidade fundada em três raças, a qual, graças ao isolamento imposto por Portugal, gerou uma civilização que representaria a formação originária do povo brasileiro.

Tais explicações sucintas fazem-se necessárias, pois as marcas de remotividade encontram-se justamente nesse ponto; um ponto que revela o sertão e o fenômeno do cangaço como pertencentes a uma época mais distante em relação ao tempo histórico em que ele de fato ocorreu.

A trajetória de vida de Coriolano, extremamente vinculada à de Lampião, possibilita reconhecer a trajetória de vida deste que foi o maior representante do cangaço. No romance, ao lembrar os caminhos que percorreu ao longo de sua vida, Virgulino Ferreira analisa a relação de Lampião com a sociedade em que vive. As ambivalências entre o bem e o mal, entre o sagrado e o profano, entre o bandido e o herói são retomadas para justificar seus atos. Esta justificativa é entendida não como um pedido de desculpas, mas como uma explicação de suas escolhas diante das opções que a vida e a sociedade lhe proporcionaram. Virgulino aparece como um homem comum que teve de fazer escolhas.

Considerações finais

Tendo em vista que o romance histórico permite uma (des)construção do passado, possibilitando ao leitor uma nova percepção da sociedade e dos fatos a que faz referência e, ao mesmo tempo, carrega as marcas da época em que foi criado, nota-se que o mesmo não ocorre com o romance neorrealista, haja vista ser este apenas uma especulação, a partir da crítica à realidade empírica do autor, sem um ponto conclusivo.

Definir o caráter histórico de uma obra nem sempre é fácil. Um ponto que possibilita estabelecer tal relação é o distanciamento que o acontecimento real mantém com a obra ficcional. A falta de distanciamento impediu que Amando Fontes apontasse o futuro das personagens em *Os Corumbas*, mas o mesmo não aconteceu com o romance de Francisco José Costa Dantas. Em *Os desvalidos*, ao trazer à tona o

fenômeno do cangaço e estabelecer a morte de Lampião como o ponto de partida, Dantas narra as trajetórias dos personagens do romance a partir de um tempo histórico determinado e conhecido. A coerência interna da obra possibilita estabelecer, assim, uma relação entre história e ficção sem que haja o predomínio de uma sobre a outra, e assim o texto ganha uma unidade interna que o torna uma obra literária.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Tradução Aurora Fornoni Bernadini et all. 4 ed. São Paulo: Hucitec; Editora UNESP, 1998.
- _____. **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BASTOS, Alcmemo. **Introdução ao romance histórico**. Rio de Janeiro: EduERj, 2007.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: campanha de Canudos**. 38 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1997.
- DANTAS, Francisco J. C. **Os Desvalidos**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FONTES, Amando. **Os Corumbas**. 24 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- LIMA, Luiz Costa. “História e Literatura: três momentos de uma relação”. In: **Terra ignota: a construção de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.,213-237.
- MAESTRI, Mário. **História e romance histórico: fronteiras**. In: *Novos Rumos*. Ano 17, nº 36, 2002, p. 38-44.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.